

- 4 MAR 1989

FOLHA DE S. PAULO

ANC p 4

Brossard diz que recurso ao STF pelos seis anos é "asneira, balela"

ROBERTO LOPÊS

Enviado especial a Brasília

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, classificou, ontem, de "asneira, balela" o anunciado recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF) que garantiria ao presidente José Sarney o mandato de seis anos previsto na atual Constituição. "Eu estou vendo que há uma semana que os jornais não falam em outra coisa, e isso não existe. Pode publicar."

Quando ouviu o argumento de que esse recurso é que baseia toda a estratégia dos articuladores políticos do governo para impedir que Sarney tenha que deixar a Presidência caso a Constituinte encurte seu mandato para quatro anos, e que é ele a peça fundamental de um parecer da Consultoria Geral da República, Brossard —que também foi consultor-geral da República— interveio: "Esse é um parecer do consultor (referindo-se a Saulo Ramos), não da Consultoria."

Ontem, para a Folha, ele não quis, sequer, se estender sobre a força do propalado argumento de que a Constituinte é um "poder derivado" e que, portanto, não tem força legal para modificar o mandato de Sarney. Isso não quer dizer que o ministro da Justiça apoie os quatro anos. Paulo Brossard tem dito a seus assessores que a aprovação dessa



Os ministros se reúnem com Paulo Brossard, no Ministério da Justiça

tese é "um golpe" desfechado contra o atual presidente.

Paulo Brossard recebeu em seu gabinete pela manhã sete ministros de Estado (das Minas e Energia, Interior, Educação, Transportes, Exército, Aeronáutica e Agricultura). Durante pouco mais de uma hora e meia, eles analisaram o

momento político e, depois, o ministro da Justiça disse que a conversa deixou clara uma "unanimidade de pontos de vista, em relação a questões como a crise econômica, o relacionamento do governo com sua base de sustentação política e a inconveniência da antecipação de eleições presidenciais".

A saída do ministério, o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, disse que não concordava com "uma discriminação" a Sarney, isto é, com um mandato diferente do que será previsto para os futuros presidentes. Um jornalista perguntou, então, se ele apoiaria os quatro anos, caso a Constituinte aprove este período para todos os presidentes. Moreira Lima gaguejou: "Bem, é preciso analisar, não se pode prever nada disso, mas se a Constituinte fixar isso para todos... é preciso analisar."

Quando ouviu uma pergunta sobre o recurso ao STF, o ministro da Aeronáutica pareceu ficar levemente irritado: "Isso é pura especulação." Um repórter lembrou que o apoio das Forças Armadas a essa tese implicaria em novo desgaste político para os militares, o ministro reagiu rápido: "Mas isso seria dar respaldo a uma decisão do Judiciário, ninguém poderia reclamar do nosso apoio..."

Presentes: Paulo Brossard, da Justiça, Iris Rezende, da Agricultura, Aureliano Chaves, das Minas e Energia, Hugo Napoleão, da Educação, Leonidas Pires Gonçalves, do Exército, Octávio Moreira Lima, da Aeronáutica, José Reinaldo Tavares, dos Transportes e João Alves do Interior.

Ausentes: Renato Archer, da Previdência Social, Borges da Silveira, da Saúde, Abreu Sodré, das Relações Exteriores, Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, João Batista de Abreu, do Planejamento e Mairson da Nóbrega, da Fazenda.